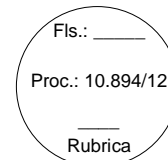




# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



**Processo nº:** 10.894/12 (2 volumes e 1 anexo)  
**Apensos nºs:** 040.001.731/12 (13 volumes 040.001.490/12 – 2 volumes)  
**Origem:** Secretaria de Estado de Fazenda  
**Assunto:** Tomada de Contas Anual  
**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas  
**MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA  
**Sessão:** Pauta nº 87, S.O. nº 4830 de 26.11.2015  
**Publicação:** DODF nº 227, de 23.11.2015, pág. 7  
**Ementa:** Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. O CONTROLE INTERNO atestou a regularidade das contas, com ressalvas. NO TRIBUNAL os PARECERES são DIVERGENTES. A Instrução sugere a regularidade das contas de alguns responsáveis e a regularidade, com ressalvas, das contas dos demais. O Ministério Público opina pela audiência dos gestores. VOTO de acordo com a Instrução. Lavratura de Acórdãos.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011.

2. Os responsáveis pelas contas em exame estão listados nos quadros a seguir:

a) Ordenadores de Despesa e demais responsáveis

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Valdir Moysés Simão	Secretário de Estado (1)	01.01 a 03.11.2011
Marcelo Piancastelli de Siqueira	Secretário de Estado	22.11 a 31.12.2011



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

Analice Maria Marçal de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	01.01 a 12.01.2011
Beatriz Gautério de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	13.01 a 03.05.2011
Eliana Matosinho Soares Gomes	Chefe da Unidade de Administração Geral	04.05 a 12.12.2011
Eunice de Oliveira Ferreira Santos	Chefe da Unidade de Administração Geral	13.12 a 31.12.2011
Paulo Santos de Carvalho	Subsecretário do Tesouro	01.01 a 31.12.2011
Adão Nunes da Silva	Subsecretário do Tesouro - Substituto	07.02 a 26.02.2011 08.12 a 17.12.2011
Jairo Portela de Medeiros	Diretor Administrativo – Financeiro e Material	01.01 a 09.01.2011
Analice Marques da Silva	Diretora Administrativo – Financeiro e Material	10.01 a 19.05.2011
José Alves de Souza	Diretor Administrativo – Financeiro e Material	20.05 a 28.07.2011
Astronoel Costa Ribeiro	Diretor Administrativo – Financeiro e Material (2)	29.07 a 06.10.2011
Paulo Henrique Bastos dos Santos	Diretor Administrativo – Financeiro e Material	19.10 a 30.11.2011
	Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças	01.12 a 31.12.2011
Ronaldo Costa	Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças - Substituto	05.12 a 14.12.2011
Adão Nunes da Silva	Diretor Geral de Gestão Financeira	01.01 a 30.11.2011
Francisco das Chagas Silva	Diretor Geral de Gestão Financeira – Substituto	07.02 a 26.02.2011 09.03 a 18.03.2011
	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro	01.01 a 30.11.2011
	Coordenador da Coordenadoria de Gestão Financeira	01.12 a 31.12.2011
Luiz Alfredo Araújo de Souza	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituto	07.02 a 26.02.2011
Laurinéa Araújo Silveira	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta	09.03 a 18.03.2011 18.07 a 06.08.2011
	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Financeira - Substituta	03.12 a 31.12.2011
Getúlio João da Silva	Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral	01.01 a 30.11.2011
	Gerente da Gerência de Tesouraria	01.12 a 31.12.2011

Fonte: Documentos de fls. 05-09\* e 28-45 do processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.

(1) De acordo com informação contida à fl. 29 do apenso 040.001.731/2012, o cargo de Secretário de Estado ficou vago no período de 04.11 a 21.11.2011.

(2) De acordo com informação contida à fl. 39 do mesmo apenso, o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro e Material ficou vago no período de 07.10 a 18.10.2011.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

**b) Agente de Material**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rufino José Batista	Chefe do Núcleo de Material	01.01 a 21.02.2011
	Chefe do Núcleo de Almoxarifado	01.12 a 31.12.2011
Lúcio Américo Cordeiro	Chefe do Núcleo de Material	22.02 a 19.09.2011
Fábio Paixão de Azevedo	Chefe do Núcleo de Material	20.09 a 30.11.2011

Fonte: Documentos de fls. 09/10 e 46/49 do processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.

**c) Responsável por bens apreendidos**

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Márcia Pacheco Laboissiere	Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos	01.01 a 31.12.2011

Fonte: Documentos de fls. 05 e 13 do processo GDF n.º 040.001.490/2012, apenso.

3. Os recursos orçamentários movimentados no período pelos responsáveis montam em R\$ 14.896.488.252,50, conforme valor total do Ativo/Passivo registrado no Balanço Patrimonial da UG 130101 (Gestão 00001), visto às fls. 121/122 do Processo nº 040.001.731/12.

4. O Controle Interno atestou a regularidade das contas, com ressalvas, conforme Certificado de Auditoria nº 4/13 – COMITÊ/CONT/STC (fls. 2.782/2.783 do Processo nº 040.001.731/12).

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO:**

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 23/2015 – SECONT/1ª DICONT (fls. 315/334), analisa a matéria nos termos seguintes:

**“4. PRONUNCIAMENTO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE****4.1. COORDENAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS (fls. 4-26\* e 4-**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_  
Proc.: 10.894/12  
Rubrica

11\*\*)

- ☐ Não foi apresentado.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

4.1.1. O organizador destas contas anuais ressaltou, no subitem 6.9 do Relatório/TCA n.º 96/2012 (fl. 22\*), que os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, apresentam divergências com os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias Informadas pela SUREC e SUTES/SEF, fl. 550\*.

4.1.2. Verifica-se do quadro comparativo visto à fl. 550\*, que a divergência apontada é de R\$ 890.840.297,76 e não foi justificada pela Secretaria de Fazenda. Contudo, essa matéria será objeto de considerações nos parágrafos 4.2.4 e 4.2.5 desta Informação.

4.1.3. No subitem 6.3.3 do Relatório/TCA n.º 85/2012 (fl. 10\*\*), foi anotado que o valor (R\$ 2.023.601,81) constante do Inventário Físico de Mercadorias do exercício de 2011, em 31/12/2011, fl. 249\*\*, diverge do saldo (R\$ 0,00) da Conta Contábil nº 19941000 – Estoque de Mercadorias Apreendidas, fl. 73\*. No entanto, a divergência foi regularizada no exercício de 2012, conforme demonstrativo de fl. 288\*\*, em consonância com a planilha retificadora vista às fls. 282/286\*\*. Diante disso, não deve o fato influenciar as presentes contas anuais.

### **4.2. SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE (fls. 289\*\* e 2326/2342\*)**

- ☐ Não foi apresentado.
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades.
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização.

4.2.1. O Relatório Contábil Anual – Exercício 2011, acerca das contas anuais, fls. 2326/2342\*, apontou a existência de saldos remanescentes em diversas contas contábeis, tanto do Ativo quanto do Passivo das UGs 130101 e 130103. Registrou, ainda,

\*\* Processo GDF n.º 040.001.490/2012, apenso.

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.

\*\* Processo GDF n.º 040.001.490/2012, apenso.

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

que foram encontradas divergências quanto à receita, demonstradas às fls. 2302/2314\*, entre os sistemas SIGGO e SIGEST. Por fim, relatou que foram tomadas providências junto à unidade gestora no sentido de orientar, regularizar e justificar as pendências contábeis, conforme espelha os documentos anexos de fls. 2315/2325\*.

4.2.2. Mediante consulta ao SIGGO (fls. 282/309), verificamos que, dentre as contas mencionadas no Relatório Contábil Anual, as Contas Contábeis 112160600, 112160700, 112190500, 112191600, 112220103, 112161300, 211410000, 112191800, 812310201, 812310301, 211120000, 211420000 e 212160101 foram movimentadas no exercício de 2012, e que as Contas Contábeis 112220204, 112220206, 211490100, 211491100, 211499900, 112193500, 812310401 e 811210102 apresentavam o mesmo saldo ao final do exercício de 2012.

4.2.3. A ausência de movimento em uma conta contábil não indica, por si só, a ocorrência de falha na contabilização. Verifica-se, no caso, que a maioria das contas foi regularizada e que algumas apresentam saldos com valores pouco relevantes. Assim, como o setor contábil faz acompanhamento rotineiro das contas, entendemos que a matéria possa ser verificada em TCAs subsequentes.

4.2.4. Quanto ao registro feito à fl. 2341\*, sobre as divergências, demonstradas e identificadas às fls. 2302/2314\*, entre os sistemas SIGGO e SIGEST, caberia determinar à SEF/DF que prestasse os devidos esclarecimentos sobre a questão. Essa matéria foi objeto de questionamento no âmbito do Processo nº 3361/2012 (TCA SEF 2010), por meio da Decisão nº 1546/2013, item II-c, tendo a SEF se manifestado por meio da Nota Explicativa nº 1/2013 – UCI/SFE e demonstrado que identificou as causas das divergências e adotou medidas com o fim de evitar a repetição da falha, conforme se verifica na Informação n.º 178/2014 – SECONT/1ª DICON, cuja cópia parcial foi acostada às fls. 311/314.

4.2.5. Assim, tendo em conta que as medidas adotadas pela SEF são posteriores à gestão em exame, a regularização poderá ser acompanhada em TCAs subsequentes, devendo o fato – divergências apontadas no subitem 6.9 do Relatório/TCA n.º 96/2012 (fl. 22\*), entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF, fl. 550\* – no entanto, poderá constituir ressalvas a estas contas anuais.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

4.2.6. O Relatório Contábil Anual – Exercício 2011, acerca de bens apreendidos, fl. 289\*\*, apontou que o Registro de Inventário de Mercadorias Apreendidas, fls. 19/249\*\*, não guarda conformidade com os registros contábeis, demonstrativo de fl. 272\*\*, que foram efetuados com base na planilha de fls. 258/271\*\*. Assinalou, no entanto, que a divergência foi regularizada no exercício de 2012, em conformidade com a planilha retificada vista às fls. 282/286\*\*. Verifica-se, assim, que a situação foi regularizada, não devendo, portanto, influenciar o mérito das presentes contas anuais.

## 4.3. COORDENAÇÃO GERAL DE PATRIMÔNIO (fls. 406/409\*)

- ☐ Não foi apresentado
- ☐ Não apontou a existência de impropriedades
- ☒ Indicou impropriedades pendentes de regularização

4.3.1. O RELATÓRIO – BENS MÓVEIS Nº: 002/2012, de 19/01/2012, fls. 406-407\*, registrou as seguintes observações:

Item	1.1 Bens em Tomada de Contas Especial/TCE – Código 05.99.00.00.00 SisGepat
Descrição	<p>Segundo a COORDENAÇÃO encontravam-se registrados no Código 05.99.00.00.00 45 bens, objeto de apuração por meio dos Processos n.ºs 040.000.290/2009, 040.000.944/2009, 040.000.394/2010, 040.004.398/2010, 040.000.252/2011 e 040.002.128/2011, que se encontravam na Subsecretaria de Tomada de Contas Especial da então Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal. Acrescentou que, após a conclusão dos trabalhos de apuração, esses processos de TCE deveriam ser encaminhados àquela Coordenação Geral de Patrimônio para a regularização da situação dos aludidos bens.</p> <p>1.1.1 Com relação ao Processo de TCE n.º 040.002.086/2009, verificou que o mesmo se encontrava na Corregedoria Fazendária – COFAZ/GAB/Arquivo. Solicitou que fosse verificado se a tomada de contas especial foi concluída, com vistas ao encaminhamento do processo para a regularização dos bens.</p>
Comentário	<p>As pendências apontadas pela COORDENAÇÃO, contidas nos subitens 1.1 e 1.1.1 do relatório de bens móveis acima mencionado, foram objeto de diligência por meio da Decisão nº 1546/2013, item II-e, proferida nos autos do Processo nº 3.361/2012, referente à TCA de 2010.</p> <p>O resultado da diligência foi examinado na Informação nº 178/2014 – SECONT/1ª DICONTE, constante do Processo nº 3.361/2012, em que foi consignado que as medidas adotadas pela SEF/DF estavam em conformidade com as recomendações feitas pela Coordenação Geral de Patrimônio e que os esclarecimentos prestados atendiam a determinação da Corte. Assim, uma vez que se trata das mesmas questões e que foram</p>

\*\* Processo GDF n.º 040.001.490/2012, apenso.

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

	<i>adotadas providências com vistas à regularização, em 2013, após o exercício ora em exame, entendemos que a matéria possa ser acompanhada em TCAs subsequentes, não devendo o fato influenciar o mérito destas contas.</i>
--	--

4.3.2. O RELATÓRIO – BENS IMÓVEIS Nº 002/2012, de 20/01/2012, fls. 408/409\*, registra as seguintes observações:

Item	1. Bens Imóveis Incorporados
<b>Descrição</b>	<p>1.1 Com relação aos imóveis de TEIs 4143/2011 e 2185/1996, ocupados irregularmente por terceiros, a Coordenação Geral de Patrimônio solicitou que fossem acompanhados junto ao titular da Unidade Administrativa as medidas adotadas no sentido de retomar a posse das áreas.</p> <p>1.2 Quanto aos TEIs 2057/1994 e 4143/2011 que encontravam-se em mau estado de conservação e sem placa de identificação, respectivamente, a COORDENAÇÃO solicitou que fossem acompanhados junto ao titular da Unidade Administrativa as medidas adotadas com vistas a regularizar a questão.</p>
<b>Comentário</b>	Considerando o tempo decorrido (mais de 30 meses) desde a manifestação da Coordenação Geral de Patrimônio e que essa Unidade controla periodicamente a situação patrimonial dos referidos bens, entendemos que a pendência em comento pode ser acompanhada nas TCAs relativas aos exercícios subsequentes. Ademais, a ocorrência não resultou de falhas ou irregularidades na gestão do Agente Setorial de Patrimônio da SEF das contas em exame.
Item	2. Bens Imóveis Não Incorporados
<b>Descrição</b>	Com relação a esses bens, a Coordenação Geral de Patrimônio reiterou as providências solicitadas em exercícios anteriores, visando a regularização dos terrenos/edificações registrados nos códigos: <b>2.1 Imóvel a regularizar/Código 90</b> e <b>2.2 Obras em andamento/Código 91</b> , haja vista a falta de encaminhamento da documentação exigida para a incorporação (documento que comprove a propriedade do terreno, Carta de Habite-se, termo de recebimento definitivo da obra, documento que conste o valor global da obra – nota de empenho e memorial descritivo da obra).
<b>Comentário</b>	<p>As pendências apontadas pela Coordenação Geral de Patrimônio, contidas nos subitens 1.1, 2.1 e 2 do relatório de bens imóveis acima mencionados, também foram objeto de diligência por meio da Decisão nº 1546/2013, item II-e, proferida no autos do Processo nº 3.361/2012, referente à TCA de 2010.</p> <p>O resultado da diligência foi examinado na Informação nº 178/2014 – SECONT/1ª DICONTE, constante do Processo nº 3.361/2012, em que foi consignado que as medidas adotadas pela SEF/DF estavam em conformidade com as recomendações feitas pela COORDENAÇÃO e que os esclarecimentos prestados atendiam à determinação da Corte. Assim, uma vez que se trata das mesmas questões e que foram adotadas providências com vistas à regularização, em 2013, após o exercício ora em exame, entendemos que a matéria possa ser</p>

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

	<i>acompanhada em TCAs subsequentes, não devendo o fato influenciar o mérito destas contas.</i>
--	---

## 4.4. CONTROLADORIA

### 4.4.1. RELATÓRIO/CERTIFICADO DE AUDITORIA (fls. 2748-2773\* e 2782-2783\*)

☐ Regularidade

☒ Regularidade com ressalvas

☐ Irregularidade

4.4.2. O Controle Interno do Distrito Federal concluiu o Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC nos seguintes termos (fl. 2773\*):

*“Em face dos exames realizados, concluímos pelas irregularidades mencionadas nos subitens 4.4, 4.5, 4.7, 4.8 e 4.11 e pelas ressalvas contidas nos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 4.1, 4.2, 4.3, 4.6, 4.9, 4.10, 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4.”*

4.4.3. Por sua vez, o Comitê de Certificação das Tomadas e Prestações de Contas Anuais emitiu o CERTIFICADO DE AUDITORIA DE REGULARIDADE COM RESSALVA, por meio do Certificado de Auditoria nº 4/2013 – COMITÊ/CONT/STC, fls. 2782/2783\*.

4.4.4. Tendo em conta o exame realizado no Papel de Trabalho III (fls. 274/281), as ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria nº 09/2012 – DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2748/2773\*) ficam assim classificadas:

i) subitens 1.2, 1.3, 2.1, 2.3, 3.1, 3.2, 3.3, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5, 4.7, 4.11, 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 – não influenciam as contas;

ii) subitens 1.1, 2.2, 3.4, 4.3, 4.6, 4.8, 4.9 e 4.10 – ressalva às contas;

4.4.5. As ressalvas em questão devem influenciar as contas dos gestores conforme o quadro abaixo:

Subitem	Impropriedade	Responsáveis
1.1	Demonstrativo da Execução da Despesa por Função (fls. 2748-v/2749-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG) e Analice Marques da Silva, José Alves de Souza,
2.2	Serviços Prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual (fls. 2753/2754-v*)	

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

Subitem	Impropriedade	Responsáveis
		Astronoel Costa Ribeiro, Paulo Henrique Bastos dos Santos (Diretor-Administrativo Financeiro e Material).
3.4	Impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF (fls. 2757-v/2759*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG).
4.3	Não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008 (fls. 2760/2760-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes - (Chefe da UAG) e Analice Marques da Silva, José Alves de Souza, Astronoel Costa Ribeiro e Paulo Henrique Bastos dos Santos (Diretor-Administrativo Financeiro e Material).
4.6	Contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses (fls. 2762-v/2763-v*)	
4.8	Pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço (fls. 2765/2767*)	
4.9	Ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF (fls. 2767-v/2768-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG) e Márcia Pacheco Laboissiere (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos)
4.10	Ausência de controle de entrada e saída dos veículos (fls. 2768-v/2769*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima, Eliana Matosinho Soares Gomes - (Chefe da UAG).

\* Processo GDF nº 040.001.731/2012, apenso.

**4.5. RELATÓRIO SOBRE A EFICÁCIA E A EFICIÊNCIA (fls. 2774-2780\*)**

4.5.1. O Controle Interno examinou o desempenho da SEF, por meio do Relatório de Eficácia e Eficiência nº 07/2012 – DIRFI/CONAE/CONT/STC, e atribuiu os seguintes conceitos à

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*gestão, referente ao exercício de 2011:*

<b>GESTÃO</b>	<b>Quanto à EFICÁCIA</b>	<b>Quanto à EFICIÊNCIA</b>
<i>Orçamentária</i>	<i>Razoavelmente Eficaz</i>	<i>Razoavelmente Eficiente</i>
<i>Financeira</i>	<i>Razoavelmente Eficaz</i>	<i>Razoavelmente Eficiente</i>
<i>Pessoal</i>	<i>Razoavelmente Eficaz</i>	<i>Razoavelmente Eficiente</i>
<i>Contábil</i>	<i>Razoavelmente Eficaz</i>	<i>Eficiente</i>
<i>Suprimento de Bens e Serviços</i>	<i>Razoavelmente Eficaz</i>	<i>Pouco Eficiente</i>

*4.5.2. Em que pese a manifestação da Controladoria Geral/STC mostrar-se inconclusiva, reputamos aceitável o atendimento da exigência contida no art. 140, VII, do RI/TCDF, tendo em vista a inexistência de normatização específica desta Corte sobre os parâmetros a serem observados pelo Controle Interno.*

**5. CONTAS DE AGENTES DE MATERIAL**

*5.1. Em razão da Emenda Regimental nº 18/2006, que alterou os incisos III e IV do art. 140 e os arts. 141 e 142 do RI/TCDF, a documentação relativa às contas anuais dos agentes de material passou a integrar o processo de TCA dos ordenadores de despesas. O item 2.2 desta instrução contém o rol dos responsáveis no período em exame. Releva notar que a documentação relacionada à gestão de materiais encontra-se às fls. 412/513.*

*5.2. O Relatório da Comissão de Inventário do Almoxarifado da SEF, acostado às fls. 415/416\*, não apontou falhas ou irregularidades na gestão do Agente de Material, referente ao exercício de 2011.*

*5.3. Constam, ainda, da TCA a Relação de AUTOS de Mercadorias Apreendidas – 2010 (fls. 18/150\*\*), a Relação de AUTOS de Mercadorias Apreendidas – 2011 (fls. 154/249\*\*), e Planilhas de Controle de Entradas e Saídas de Lotes de Mercadorias Apreendidas – 2001/2011, fls. 258/271\*\*, 274/280\*\* e 282/286\*\*, sendo as duas últimas retificadoras.*

*5.4. O Relatório Contábil Anual – Exercício 2.011 de fl. 289\*\* aponta que as divergências entre o Registro de Inventário de Mercadorias Apreendidas (fls. 19/249\*\*) e os registros contábeis (fl. 272\*\*) foram devidamente regularizadas, mediante retificação dos dados, conforme documentos de fls. 273/287\*\*. Vale notar, que essa matéria também foi objeto de considerações no item 4.1.3 desta Informação.*

*5.5. Ante tais constatações, iremos sugerir ao eg. Plenário*

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.

\*\* Processo GDF n.º 040.001.490/2012, apenso.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*considerar regulares as presentes contas quanto aos agentes de material.*

**6. SUPRIMENTOS DE FUNDOS**

6.1. O relatório de fl. 257\*, “Relação de Suprimentos de Fundos Concedidos em 2011”, evidencia a utilização de suprimentos de fundos pela SEF/DF no exercício em exame, no valor de R\$ 300,00, dos R\$ 8.000,00 concedidos, cuja prestação de conta foi devidamente apresentada, aprovada e arquivada pela Administração.

**7. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO****7.1. PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DAS CONTAS**

7.1.1. Mediante consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico (e-TCDF), não constatamos a existência de processo que poderá influenciar na apreciação das contas anuais da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011.

**7.2. SITUAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS ANTERIORES**

7.2.1. Por meio do Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico (e-TCDF), verificamos que as TCAs da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal referentes aos exercícios anteriores, relativamente ao seu julgamento, encontram-se na seguinte situação:

EXERCÍCIO	PROCESSO	COMENTÁRIOS
2006	18.058/2008	Contas aguardando o exame das razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis, em face das Decisões nºs 4367/2013 e 6267/2014.
2007	38.407/2008	Contas aguardando o exame do atendimento à diligência determinada pela Decisão n.º 4048/2013.
2008	28.239/2010	Julgamento sobrestado até o desfecho dos Processos nºs 43.103/2009, 43.138/2009, 43.421/2009, 43.430/2009 e 11.390/2011, conforme Decisão nº 2336/2013.
2009	33.679/2011	Contas aguardando apreciação da diligência determinada pela Decisão n.º 1.385/2013, com proposição de audiência ante a possibilidade de julgamento irregular das contas.
2010	3361/2012	Contas aguardando apreciação da diligência determinada pela Decisão n.º 1.546/2013, com proposição de audiência ante a possibilidade de julgamento irregular das contas.

**7.3. DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PENDENTES DE**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



### **ATENDIMENTO**

7.3.1. Por meio de consulta ao Sistema de Acompanhamento Processual Eletrônico (e-TCDF) desta Corte, não encontramos deliberações do Tribunal pendentes de cumprimento pela SEF/DF.

7.3.2 Consta da Informação nº 325/2013 – SECONT/1ª DICONTE, cópia parcial vista às fls. 223/226 dos autos, recomendação para que se avaliasse o reflexo sobre estas contas anuais da ocorrência referente ao item 44 – AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO SOBRE O USO DE LICENÇAS ORACLE (PROCESSO 040.002.371/2009 – UNIMIX) do TERMO DE AUDIÊNCIA COM O AUDITADO Nº 06/2011-DIRAS/CONT, cópia parcial vista às fls. 227/229 dos autos.

7.3.3. A questão posta diz respeito à possibilidade de a SEF/DF vir a ser acionada em face da utilização temporária de licenças Oracle “passíveis de regularização”, ainda que a Secretaria objetivasse reduzir, paulatinamente, o uso dessas licenças para se alcançar o quantitativo de 32 contratadas. No entanto, os trabalhos de auditoria referentes a estas contas anuais não apontaram qualquer irregularidade sobre a matéria, como se verifica na leitura do RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, de 09/12/2012, fls. 2748/2773\*.

7.3.4. No mesmo sentido – no Processo de Sindicância instaurado para apurar, dentre outros, a regularidade das licenças em questão – manifestou-se a Comissão de Sindicância em seu Relatório Final de fls. 246/261, sugerindo o arquivamento do processo, o que foi acolhido pelo Corregedor-Chefe da Unidade de Corregedoria Fazendária da SEF, nos termos da Decisão de 24/04/2013, vista à fl. 268.

7.3.5. Ante essas considerações, entendemos que a ocorrência em comento não deve influenciar as presentes contas.

### **7.4. DEMONSTRATIVOS DE TCEs**

7.4.1. Os demonstrativos referentes às tomadas de contas especiais encerradas ou em andamento encontram-se acostados às fls. 516-532\* e no Anexo I do Processo nº 10894/2012.

7.4.2. À vista das informações contidas nos demonstrativos juntados às fls. 528/532\*, as tomadas de contas especiais objeto dos Processos n.ºs 126.000.012/2008, 040.000.691/2006, 040.000.288/2008; 126.000.016/2009 e 480.001.447/2009, podem ser consideradas encerradas pelo Tribunal, ante as razões ali expostas.

---

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

7.4.3. As tomadas de contas especiais objeto dos Processos n.ºs 040.001.935/2009, 017.000.549/2004, 017.000.538/2007, 040.003.893/2008, 040.002.290/2009, 480.000.546/2011, 480.000.547/2011 encontravam-se em apuração em 2011, conforme demonstrativos acostados às fls. 518/524\*, e não têm reflexo no julgamento das presentes contas, uma vez que apuravam fatos ocorridos em exercícios anteriores ao tratado na gestão em apreço.

7.4.4. O Anexo I contém as informações prestadas pela Subsecretaria de Tomada de Contas Especial sobre a instauração de TCEs com valor abaixo da alçada estabelecida na Resolução nº 181/2007 da SEF/DF, conforme determina o art. 14 da Res. TCDF n.º 102/1998.

### **7.5. CONCILIAÇÃO BANCÁRIA (fls. 551/1675\* - Vols. III a VII)**

7.5.1. O organizador das contas juntou, às fls. 551/1675\* (Vols. III a VII), a documentação relativa às Conciliações e Saldos Bancários da Administração Direta, bem como o Termo de Conferência de Caixa, que foram anexados ao Balanço Geral do DF, do exercício de 2011. Não foi apontada qualquer irregularidade quanto à conciliação bancária.

### **7.6. FUNDO CONSTITUCIONAL (fls. 1676/2295\* - vols. VII a X)**

7.6.1. O organizador destas contas anuais juntou às fls. 1676-2295\* cópias de diversos documentos relacionados à Prestação de Contas do Fundo Constitucional do Distrito Federal referente ao exercício de 2011, constante do Processo nº 040.000.763/2012. A Secretaria de Estado de Fazenda é a Unidade Jurisdicionada (UJ) responsável pela organização e apresentação conjunta das contas referentes às Unidades Jurisdicionadas consolidadas (Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde) e às Unidades Jurisdicionadas agregadas (Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, Fundo de Saúde da PMDF e Fundo de Saúde do CBMDF). A Subsecretaria do Tesouro – SUTES/SEF recebe os recursos do FCDF oriundos do Governo Federal e os repassa às unidades gestoras executoras.

7.6.2. Segundo consta do Relatório de Atividades, fl. 291\*, a execução orçamentária e financeira atinente ao Fundo é realizada diretamente no SIAFI pelas Unidades Gestoras integrantes do FCDF, no qual são acompanhadas e analisadas, mensalmente, as consistências das informações contábeis, sintéticas e analíticas, bem como a conformidade dos registros realizados pelos executores de cada unidade, de forma a obedecer ao calendário

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.

\* Processo GDF n.º 040.001.731/2012, apenso.





# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

estabelecido pelo Governo Federal para o fechamento contábil.

7.6.3. Analisando a documentação referente à prestação de contas, constante do Processo nº 040.000.763/2012, acostada por cópias às fls. 1676-2295\*, não identificamos a prática de nenhum ato de gestão dos recursos alocados ao citado Fundo pelos dirigentes da SEF.

## 8. CONCLUSÃO

8.1. Anotamos nos subitens 4.2.5 e 4.4.4 as impropriedades que devem constituir ressalvas às presentes contas, consoante resumo abaixo:

Relatório/TCA n.º 96/2012 (fl. 22*)		
Subitem	Impropriedade	Responsáveis
6.9	Divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF, fl. 550*	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG) e Analice Marques da Silva, José Alves de Souza, Astronoel Costa Ribeiro, Paulo Henrique Bastos dos Santos (Diretor-Administrativo Financeiro e Material).
Do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2748-2773*)		
1.1	Demonstrativo da Execução da Despesa por Função (fls. 2748-v/2749-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG) e Analice Marques da Silva, José Alves de Souza, Astronoel Costa Ribeiro, Paulo Henrique Bastos dos Santos (Diretor-Administrativo Financeiro e Material).
2.2	Serviços Prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual (fls. 2753/2754-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG).
3.4	Impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF (fls. 2757-v/2759*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG).
4.3	Não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008 (fls. 2760/2760-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

4.6	Contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses (fls. 2762-v/2763-v*)	Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes - (Chefe da UAG) e Analice Marques da Silva, José Alves de Souza, Astronoel Costa Ribeiro e Paulo Henrique Bastos dos Santos (Diretor-Administrativo Financeiro e Material).
4.8	Pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço (fls. 2765/2767*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Analice Marques da Silva, José Alves de Souza, Astronoel Costa Ribeiro e Paulo Henrique Bastos dos Santos (Diretor-Administrativo Financeiro e Material), Francisco das Chagas Silva (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro).
4.9	Ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF (fls. 2767-v/2768-v*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da UAG) e Márcia Pacheco Laboissiere (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos).
4.10	Ausência de controle de entrada e saída dos veículos (fls. 2768-v/2769*)	Valdir Moysés Simão e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado), Beatriz Gautério de Lima, Eliana Matosinho Soares Gomes - (Chefe da UAG).

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.

8.2. Quanto aos demais gestores, a seguir indicados, cujas atribuições não se relacionam às impropriedades apontadas ou que ocuparam os respectivos cargos/funções em pequenos períodos, devem ter suas contas julgadas regulares:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Analice Maria Marçal de Lima Cpf: 226.075.441-49	Chefe da Unidade de Administração Geral	01.01 a 12.01.2011
Eunice de Oliveira Ferreira Santos Cpf: 324.838.131-00	Chefe da Unidade de Administração Geral	13.12 a 31.12.2011
Paulo Santos de Carvalho Cpf: 244.666.971-91	Subsecretário do Tesouro	01.01 a 31.12.2011
Adão Nunes da Silva Cpf: 286.983.391-15	Subsecretário do Tesouro - Substituto	07.02 a 26.02.2011 08.12 a 17.12.2011



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Jairo Portela de Medeiros Cpf: 539.409.971-72	Diretor Administrativo – Financeiro e Material	01.01 a 09.01.2011
Ronaldo Costa Cpf: 305.290.261-04	Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças - Substituto	05.12 a 14.12.2011
Adão Nunes da Silva Cpf: 286.983.391-15	Diretor Geral de Gestão Financeira	01.01 a 30.11.2011
Luiz Alfredo Araújo de Souza Cpf: 702.596.743-53	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituto	07.02 a 26.02.2011
Laurinéia Araújo Silveira Cpf: 222.336.011-49	Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta	09.03 a 18.03.2011 18.07 a 06.08.2011
	Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Financeira - Substituta	03.12 a 31.12.2011
Getúlio João da Silva Cpf: 226.468.091-15	Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral	01.01 a 30.11.2011
	Gerente da Gerência de Tesouraria	01.12 a 31.12.2011
Rufino José Batista Cpf: 112.670.111-49	Chefe do Núcleo de Material	01.01 a 21.02.2011
	Chefe do Núcleo de Almocharifado	01.12 a 31.12.2011
Lúcio Américo Cordeiro Cpf: 802.719.871-20	Chefe do Núcleo de Material	22.02 a 19.09.2011
Fábio Paixão de Azevedo Cpf: 344.359.641-04	Chefe do Núcleo de Material	20.09 a 30.11.2011

8.3. No subitem 7.4.2, reputamos que as tomadas de contas especiais objeto dos Processos n.ºs 126.000.012/2008, 126.000.016/2009, 040.000.691/2006, 040.000.288/2008 e 480.001.447/2009 podem ser consideradas encerradas pelo Tribunal, haja vista as informações contidas nos correspondentes demonstrativos, juntados às fls. 528/532\*.”

6.

Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

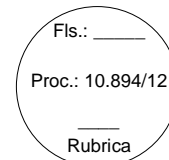
I. tomar conhecimento da Tomada de Contas Anual, referente ao exercício de 2010, apresentada pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal – SEFDF, mediante os Processos n.ºs 040.001.731/2012 e 040.001.490/2012;

II. considerar encerradas as tomadas de contas especiais objeto dos Processos n.ºs 126.000.012/2008, 040.000.691/2006, 040.000.288/2008, 126.000.016/2009 e 480.001.447/2009, ante as



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



*razões expostas às fls. 528/532 do Processo nº 040.001.731/2012;*

*III. nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/1994, e do artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, julgar REGULARES as contas, atinentes ao exercício de 2011, dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da SEF/DF, relacionados no item 8.2 da Informação;*

*IV. com fulcro no art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, e do artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, julgar REGULARES COM RESSALVAS as contas, atinentes ao exercício de 2011, dos ordenadores de despesas e demais responsáveis da SEF/DF, conforme indicado no item 8.1 da Informação;*

*V. nos termos do art. 19 da LC nº 1/1994 determinar aos atuais gestores da SEF/DF que adotem as providências cabíveis de correção e prevenção das falhas apontadas;*

*VI. em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15/12/1998, e em consonância com o artigo 24 da LC nº 1/1994, considerar quites com o erário distrital no tocante ao objeto desta TCA os administradores indicados nos itens III e IV anteriores;*

*VII. autorizar a devolução dos autos à Secretaria de Contas, para fins de arquivamento e retorno dos apensos à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

7. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 399/15 (fls. 335/355), da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, diverge do encaminhamento proposto pela Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“27. Preliminarmente, no que diz respeito à existência débitos perante à Fazenda Pública distrital nas certidões apresentadas por gestores da jurisdicionada, (art. 140, IX, f, do RI/TCDF), este **MPC/DF converge** com a sugestão propugnada pelo Corpo Instrutivo de **relevar a falha em destaque**, considerando que os débitos anotados nas aludidas certidões, em regra, são de natureza personalíssima e, portanto, não devem interferir no julgamento desta TCA.*

*28. No que tange às impropriedades consignadas no Relatório/TCA nº 96/2012, fl. 22\* (volume I), este **Parquet** especializado **converge** com o propugnado pelo Corpo Instrutivo, pois a existência de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

divergência no montante de **R\$ 890.840.297,76** entre as receitas tributárias e não tributárias informadas pela Subsecretaria da Receita-SEF/DF em relação ao Balancete da SEF/DF – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias, fl. 550\* (volume III), noticiada no **subitem 6.9** do Relatório/TCA nº 96/2012, fl. 22\* (volume I), denota **falha de natureza contábil** que infirma a confiabilidade das demonstrações contábeis da SEF/DF, portanto, ensejadora de **ressalva** ao julgamento das presentes contas.

29. Em relação ao **subitem 6.3.3** do Relatório/TCA nº 85/2012, fl. 10\*\* (volume I), que aborda incongruência entre o valor anotado no Inventário Físico de Mercadorias do exercício de 2011, fl. 249\*\* (volume I), no importe de R\$ 2.023.601,81, e o saldo zerado da conta contábil nº 19941000 – estoque de mercadorias apreendidas, fl. 73\* (volume I), com a devida vênia, este **MPC/DF diverge** do encaminhamento sugerido pela Secretaria de Contas, uma vez que o achado **também configura impropriedade contábil** levada a efeito no exercício objeto da TCA em análise.

30. É possível notar que as impropriedades **foram identificadas na gestão de 2011 e perpassaram o exercício em exame**, de modo a macular a situação patrimonial da entidade apresentada pelas demonstrações contábeis do exercício, malgrado tenha sido regularizado no exercício de 2012.

31. Vale dizer que a Resolução CFC nº 1.282/2010, ao tratar do princípio da oportunidade, no seu art. 6º, estabelece que o processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais **deve produzir informações íntegras e tempestivas, sob pena de ocasionar a perda de relevância e confiabilidade das informações contábeis apresentadas**.

32. **In casu**, o exame das demonstrações contábeis da entidade indica a **inobservância** do aludido postulado, ante a **incompatibilidade no registro das receitas e dos materiais apreendidos pelo Órgão**. Destarte, entende-se de bom alvitre a inclusão dos achados como **ressalva** ao julgamento das contas anuais em exame.

33. No que tange às impropriedades aventadas nos Relatórios Contábeis Anuais exercício 2011, fls. 2.326/2.342\* (volume X) e fl. 289\*\* (volume II), afora as considerações apresentadas neste Parecer em relação ao registro de receitas e do inventário de bens apreendidos, este **MPC/DF** entende que a manutenção de saldo nas contas contábeis n.ºs 812310201 – contratos a liberar,

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.

\*\* Processo nº 040.001.490/2012, apenso.

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

812310301 – contrato de aluguel a liberar, e 811210102 – convênios a receber, retratadas nos **subitens 2.1, 2.2 e 2.4** do citado relatório contábil, caracteriza **falha formal levada a efeito no exercício objeto desta TCA**, tendo em vista que o registro dos atos potenciais, por meio de contas do ativo compensado, **deve representar de maneira fiel a celebração, a execução e o encerramento dos ajustes realizados pela jurisdicionada**. Portanto, tendo em vista que parte das avenças já estava com **validade expirada ao término do exercício em exame, cabia ao jurisdicionado promover a baixa contábil dos ajustes**, o que não ocorreu na espécie.

34. Impende destacar que, conforme o art. 6º da Lei nº 3.163/2003, o Órgão Central do Sistema de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira, Contábil e Patrimonial do Poder Executivo do Distrito Federal – SIPOA é a Secretaria de Estado de Fazenda. Com efeito, entende-se que a aludida Secretaria não pode olvidar da sua função de orientação acerca da aplicação das normas e princípios contábeis no âmbito do Distrito Federal, condição que reforça a necessidade de sopesar as impropriedades contábeis verificadas no exercício no julgamento destas contas anuais.

35. Ademais, quanto aos **relatórios emitidos pela Diretoria Geral de Patrimônio**, este **MPC/DF corrobora com o entendimento apresentado pelo Corpo Instrutivo** no sentido de acompanhar o saneamento das impropriedades em futuras TCAs da Pasta, visto que achados similares aos reportados por meio do Relatório – Bens Móveis nº 2/2012, fls. 406/407\*, e do Relatório – Bens Imóveis nº 2/2012, fls. 408/409\*, foram objeto de diligência determinada pela r. Decisão nº 1.546/2013, II.e, já analisadas pela Área Técnica deste e. **TCDF** no bojo do Processo nº 3.361/2012, por intermédio da Informação nº 178/2014 – SECONT/1ª DICON. Vale dizer que no aludido documento técnico há notícia de que as providências adotadas pela SEF/DF são compatíveis com as recomendações da Coordenação Geral de Patrimônio e com as determinações contidas no citado r. **Decisum** deste c. **Tribunal de Contas**, o que, no modo de sentir deste **Órgão Ministerial**, é suficiente para mitigar a possibilidade de ocorrência de falhas em outros exercícios financeiros.

36. No tocante ao exame dos **atos de gestão** avaliados pelo Controle Interno, este **MPC/DF converge** com o Corpo Instrutivo acerca da **ausência de influência** no julgamento destas contas dos **subitens 1.2** (ausência de esclarecimentos sobre valores registrados na conta restos a pagar processados que foram cancelados), **1.3** (empenho de despesa com fundamentação em dispensa da licitação, em desacordo com o autorizado pela





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

UAG/SEF), **2.1** (indício de perda na arrecadação da receita devido a situação precária dos postos de fiscalização tributária), **2.3** (inobservância do prazo previsto para o recolhimento do saldo remanescente de suprimento de fundos), **3.1** (ausência de devolução de valores relativos ao adiantamento de férias), **3.2** (ausência de amparo legal para o pagamento do adicional de insalubridade), **3.3** (recomendação do Relatório de Auditoria nº 01/2011 DIRFI/CONAE/CONT que não foram regularizadas pela SEF), **4.1** (ausência de rubricas em todas vias do projeto básico), **4.2** (ausência do termo de filiação da SEF/DF à ABRASEF), **4.4** (ausência de termo aditivo para alteração do valor contratual), **4.11** (descumprimento de cláusula contratual), **5.1** (valores registrados na conta pagamentos indevidos em apuração sem as devidas atualizações monetárias), **5.2** (demora na apuração de responsabilidade relativa a bens móveis não localizados), **5.3** (ausência de atualização monetária de cauções em espécie) e **5.4** (depósitos em cauções registrados no balancete após encerramento dos contratos).

37. Prosseguindo com o cotejamento dos **atos de gestão** do exercício em análise, em **dissonância** das propostas de ressalva ou não influência alvitadas pela Área Técnica, este **Órgão Ministerial** entende que os **subitens 2.2** (serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual), **4.6** (contrato emergencial para serviço de natureza contínua), **4.7** (ausência de justificativa fundamentada para o reajuste contratual) e **4.8** (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço) do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\* (volume XII), representem **falhas graves** perpetradas na gestão em exame.

38. No que concerne ao **subitem 2.2** (serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual), entende-se que o achado configura **grave descumprimento de norma legal**, visto que a arrecadação de tributos e demais receitas do Distrito Federal por instituições **sem contrato ou convênio** de prestação de serviços viola a uma formalidade essencial das avenças administrativas (solenidade) e culminaria na celebração de **contrato verbal**, vedado, **em regra**, pela Lei nº 8.666/1993 (art. 60, parágrafo único). Ademais, a irregularidade ofende o art. 1º, parágrafo único, do Decreto distrital nº 28.074/2007, e a Resolução nº 3.954/2011 do Bacen. A propósito, os termos da Lei nº 8.666/1993 e do Decreto distrital supracitado:

“Art. 60. (...)

**Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração**, salvo o de pequenas compras

---

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea 'a' desta Lei, feitas em regime de adiantamento”.*

*“Art. 1º - A arrecadação das receitas de competência do Distrito Federal poderá ser feita, atendidas as disposições deste Decreto, por:*

*I - instituições financeiras;*

*II - instituições comerciais que atuem como correspondentes bancárias, nos termos da Resolução 2.707, de 30 de março de 2000, e da Circular 2.978, de 19 de abril de 2000, ambas do Banco Central do Brasil.*

*Parágrafo único. As instituições interessadas em integrar o Sistema de Arrecadação de Receitas a que se refere este Decreto **deverão celebrar contrato ou convênio de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas com o Distrito Federal.***

39. Nesse contexto, este **MPC/DF** entende que o subitem em destaque constituiu **falha grave** capaz de ensejar a convocação dos responsáveis em **audiência**, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas. Destaca-se que a ausência de ajustes formais verificados na espécie impossibilita a adoção das providências prevista nos arts. 3º, § 2º<sup>1</sup>, e art. 5º<sup>2</sup> o Decreto distrital nº 28.074/2007, não sendo improvável avarar a possibilidade de dano ocasionado pela prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Distrito Federal por sociedades empresárias sem contrato.

40. Acrescenta-se, ainda, que, **mesmo sendo hipótese de credenciamento**, na qual o Poder Público abre a possibilidade de contratar a todos fornecedores que atendam aos requisitos do instrumento convocatório, **a prestação do aludido serviço público por terceiros sem ajuste formal ofende o princípio da isonomia**, ante a possibilidade de instituições ditas “contratadas” incluírem em sua carteira de serviços a arrecadação de tributos distritais sem qualquer vinculação específica com a Administração Pública.

41. Nesse contexto, é de bom alvitre registrar que cabe ao Poder

<sup>1</sup> “Art. 3º - Os Agentes Arrecadores não responderão pelas declarações dos contribuintes consignadas nos documentos de arrecadação.

(...)

§ 2º. Quando houver recebimento de Documento de Arrecadação sem a verificação da sua data de vencimento ou de validade, quaisquer acréscimos porventura devidos serão suportados pelo Agente Arrecador.”

<sup>2</sup> “Art. 5º - Os Agentes Arrecadores contratados ou conveniados serão responsáveis pela liquidação dos cheques recebidos dos contribuintes em pagamento da receita arrecadada.”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

*Público, guardião da ordem jurídica, sempre primar por observar o **princípio da legalidade estrita**, expressamente disposto no **caput** do artigo 37 da Carta Magna, **in litteris**:*

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)” (Grifos acrescentados).*

42. Essa também é a orientação do ensinamento deixado pelo Prof. **Hely Lopes Meirelles** ao considerar que “a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”<sup>3</sup>. É dizer, a atividade administrativa deve ser exercida em conformidade com os princípios constitucionais orientadores, dentre os quais, o da legalidade, que exige o cumprimento efetivo das normas públicas, somente tendo eficácia tal atividade se atender à Lei e ao Direito<sup>4</sup>.

43. Dessa sorte, este **Órgão Ministerial** entende como improcedente a justificativa<sup>5</sup> apresentada pela jurisdicionada à fl. 2.458\* (volume X), tendo em conta que o gestor público não pode olvidar uma norma cogente que rege a Administração com fundamento na facilitação de arrecadação de tributos no âmbito do Distrito Federal. Pensar de maneira diversa conduziria à inteligência, por exemplo, de relevar a prestação de serviços públicos por agentes não delegatários do Poder Público.

44. Com efeito, entende-se que a irregularidade deve ensejar a **audiência** dos gestores da Pasta, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas.

45. A respeito do **subitem 4.6** (contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses), entende-se que a celebração de **ajuste emergencial para serviço de natureza continuada**, com espeque no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, afronta diretamente o **dever de licitar**, disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, o que é suficiente para ensejar a **convocação em audiência** dos gestores da entidade responsáveis

<sup>3</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 37ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 89.

<sup>4</sup> Idem, p. 89.

<sup>5</sup> “Impedir que bancos que não possuem contrato arrecadem trará como maior prejudicado o contribuinte. No entretanto, entendemos, ressalvado melhor juízo, que a facilitação do acesso aos meios de pagamento, aumentando-se o número de bancos arrecadadores, também interessante para o GDF.”

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

Rubrica

*pelas contas objeto desta PCA.*

46. A Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, que regulamenta o citado dispositivo constitucional, ao tratar das hipóteses em que a licitação é dispensável, estabelece, em seu art. 24, IV, a possibilidade de a Administração Pública, em caso de emergência ou calamidade pública, celebrar contratos administrativos sem o regular procedimento licitatório. A propósito os termos da Lei:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*IV - nos casos de **emergência** ou de **calamidade pública**, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou **comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares**, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no **prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias** consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;” (Grifos acrescidos).*

47. Da leitura do referido dispositivo, é possível perceber a necessidade de cumprimento dos seguintes requisitos: **i) fático:** situação emergencial lato sensu da qual possa decorrer comprometimento à segurança de pessoas, bens e serviços; e **ii) temporal:** prazo máximo de 180 dias.

48. A doutrina e a jurisprudência muito debateram a respeito do mencionado pressuposto fático necessário à caracterização da situação destacada em lei apta a supedanejar a contratação emergencial, assumindo, em um primeiro momento, que a contratação direta somente poderia ser realizada se a situação emergencial fosse decorrente de evento incerto e imprevisível<sup>6</sup>. Contudo, atualmente, **é possível afirmar que a situação emergencial pode decorrer tanto de um fato imprevisível como daqueles em que há certa previsibilidade**<sup>7</sup>.

49. **O que deve ser repudiada é a contratação direta decorrente de falta de planejamento do administrador público ou não decorrente de real urgência**, uma vez que a emergência, nessas hipóteses, terá sido fabricada. Ocorre que, ainda na hipótese de desídia administrativa, não parece plenamente correto o entendimento de que o Poder Público não poderá efetuar a

<sup>6</sup> e.g. TCU, Acórdão nº 3.267, Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer, DOU de 18/10/2007 e Decisão nº 955, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU de 13/8/2002.

<sup>7</sup> e.g. TCU, Acórdão nº 1.138, Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 11/5/2011 e Acórdão nº 285, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU de 24/2/2010.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



*contratação, caso, de fato, se comprove a existência da situação calamitosa capaz de “comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares”.*

50. *Nessa restrita situação, a fim de não causar maior lesão à coletividade e, conseqüentemente, ao interesse público, a contratação deverá ser realizada com a obediência aos ditames da Lei e o responsável pela falta de planejamento da qual decorreu o cenário de urgência deverá ser devidamente responsabilizado<sup>8</sup>.*

51. *A propósito, o entendimento do c. TCDF exarado na r. Decisão nº 3.500/1999:*

*"(...) II) informar ao ilustre consulente que, sem prejuízo do cumprimento das formalidades previstas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, é possível a contratação direta de obras, serviços (continuados ou não) e bens, com fulcro no art. 24, IV, da referida norma legal, se estiverem presentes, simultaneamente, os seguintes requisitos, devidamente demonstrados em processo administrativo próprio:*

*a) a licitação tenha se iniciado em tempo hábil, considerando, com folga, os prazos previstos no Estatuto Fundamental das Contratações para abertura do procedimento licitatório e interposição de recursos administrativos, bem assim aqueles necessários à elaboração do instrumento convocatório, análise dos documentos de habilitação (se for o caso) e das propostas, adjudicação do objeto e homologação do certame;*

*b) o atraso porventura ocorrido na conclusão do procedimento licitatório não tenha sido resultante de falta de planejamento, desídia administrativa ou má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que tal fato não possa, em hipótese alguma, ser atribuído à culpa ou dolo do(s) agente(s) público(s) envolvido(s);*

*c) a situação exija da Administração a adoção de medidas urgentes e imediatas, sob pena de ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;*

*d) a contratação direta pretendida seja o meio mais adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado;*

*e) o objeto da contratação se limite, em termos qualitativos e quantitativos, ao que for **estritamente indispensável para o***

<sup>8</sup> Acórdão nº 2.705, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, DOU de 1º/12/2008.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



### **equacionamento da situação emergencial;**

f) a duração do contrato, em se tratando de obras e serviços, não ultrapasse o prazo de 180 dias, contados a partir da data de ocorrência do fato tido como emergencial;

g) **a compra, no caso de aquisição de bens, seja para entrega imediata;(...)**”

52. Vale ressaltar, ademais, nos termos do art. 26, parágrafo único, I, II e III, da Lei nº 8.666/1993, que, para a efetivação da contratação direta com fulcro no art. 24, IV, mister se faz o cumprimento dos seguintes requisitos: I - caracterização da **situação emergencial ou calamitosa** que justifique a dispensa; II - razão da **escolha do fornecedor**; e III - justificativa do **preço**.

53. Logo, ainda que se trate de situação emergencial ou calamitosa, devidamente comprovada nos autos, da qual poderá decorrer risco para a coletividade caso a contratação não seja realizada, é necessário que tanto a escolha do fornecedor como o preço sejam justificados e, no caso deste último, a fim de resguardar o Erário, seja compatível com aquele praticado pelo mercado. Nesse sentido se encontra a jurisprudência do c. **Tribunal de Contas da União**: v. Acórdão nº 827, **Plenário**, Rel. Min. **Augusto Sherman**, DOU de 11/5/2007 e v. Acórdão nº 1.379, **Plenário**, Rel. Min. **Benjamin Zymler**, DOU de 13/7/2007.

54. Vale salientar que, no caso, há indícios de que o valor praticado pela nova prestadora do serviço superava aquele apresentado pela anterior contratada (fls. 2.762-v/2.763\* - Volume XII).

55. Assumindo as premissas acima destacadas, este **MPC/DF** salienta que o Contrato nº 01/2005 – SEF vigorou por 72 meses, período suficiente para a adoção de providências para celebração de outro ajuste, mediante procedimento licitatório, para continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva de instalações prediais da SEF/DF. Desse modo, levando em conta a **previsibilidade do objeto do citado ajuste**, aparentemente não há respaldo para a aplicação da exceção prevista no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993.

56. Assim, no sentir deste **Órgão Ministerial**, o uso de **contratação emergencial para serviço de natureza contínua e previsível, por valor superior ao anteriormente praticado**, deve ensejar a audiência dos gestores do órgão, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas.

57. Quanto ao **subitem 4.7** (ausência de justificativa fundamentada para o reajuste contratual), conforme destacou o Controle Interno, não houve pesquisa de preço para justificar a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2010 – SEF, realizado em 1º/4/2011. Desse modo, a aludida prorrogação contratual **não**





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



### **demonstrou a vantajosidade na continuidade da contratação para a Administração.**

58. A ausência de pesquisa de preço para assinatura de aditivos **afronta** a exigência contida no art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993, pois não há comprovação de que a continuidade do pacto buscou a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo violar o princípio da seleção da proposta mais vantajosa previsto no art. 3º, **caput**, da Lei Geral de Licitações e Contratos.

59. Na mesma toada caminha o entendimento da c. **Corte de Contas Federal**. A propósito, destaca-se o julgado prolatado por meio do v. Acórdão nº 1.047/2014-**Plenário**, TC 028.198/2011-5, Rel. Min. **Benjamin Zymler**, DOU de 23/4/2014, no qual o c. **TCU** reafirmou o entendimento plenário de que **a prorrogação da vigência de contratos de natureza continuada não afasta a obrigação de se perseguir a situação mais vantajosa para a Administração**.

60. Além disso, impende salientar que o oferecimento de **apenas uma proposta válida**, consoante justificativa apresenta à fl. 2.622\* (volume XI), afronta o entendimento **sedimentado** nesta c. **Corte**, no sentido de que a pesquisa prévia para verificação da adequação dos preços ofertados, **como regra**, deve englobar **ao menos três fornecedores**, conforme as rr. Decisões nºs 538/2006 e 1.565/2007, o que não ocorreu na espécie.

61. Nesse contexto, o c. **Plenário**, em deliberação de 5/5/2015 (r. Decisão nº 1.784/2015, Rel. Cons. **Paulo Tadeu**), **recomendou** a sua jurisdição que, antes dos procedimentos de prorrogação contratual, realizasse ampla pesquisa de mercado, não utilizando como parâmetro para aferição da melhor proposta apenas aquela apresentada por uma possível licitante, de modo a se comprovar, de modo incontestado, que a manutenção do ajuste será a medida mais vantajosa para a Administração.

62. No mesmo sentido, é de bom alvitre invocar a essência do disposto no Decreto nº 36.220/2014, segundo o qual, o resultado de pesquisa de preços requer ao menos 3 preços válidos, obtidos por meio do cotejamento de preços públicos praticados em contratações similares registrados em sistemas de compras governamentais e em outras contratações públicas, bem como mediante pesquisa na mídia especializada e com fornecedores.

63. Em relação ao **subitem 4.8** (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço), essencialmente, o achado caracteriza descumprimento do ajuste, bem como deficiência na

---

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



*fiscalização do Contrato nº 18/2009 no exercício em exame.*

64. Conforme reportou o Controle Interno, a sociedade empresária contratada incorreu em diversos descumprimentos contratuais, como exemplo: a ausência de entrega de máquinas, de equipamentos e de materiais inerentes à execução do contrato, não disponibilização de uniforme aos empregados, a oferta de número de cozinheiros inferior ao ajustado, **atrasos sistemáticos nos pagamentos de salários de pessoal** e empregados prestando serviço fora dos postos da Receita distrital. Ademais, foram noticiados pagamentos a maior e aceitação de nota fiscal sem discriminação dos serviços prestados.

65. Vale dizer que as impropriedades identificadas pelo Controle Interno, configuram **descumprimento** dos arts. 58, III, e 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e do art. 41, II, e § 3º, do Decreto nº 32.598/2010. Tal fato **constitui falha grave**, pois **sem a tempestiva fiscalização da administração contratante, torna-se inviável a verificação de irregularidades na execução da avença, constatação que poderia, inclusive, constituir motivo para a rescisão do contrato por parte da Administração**, nos termos do art. 78, I, II e VIII, da Lei de Licitações.

66. Por oportuno, destaca-se que a rescisão unilateral não ocorreu na espécie. Consoante o destacado pelo Controle Interno, “mesmo diante de todas as impropriedades mencionadas acima, o contrato foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, para o período de 06/04/2011 a 05/04/2012, conforme o 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2009-SEF.” (Fl. 2.766-v – Volume XII).

67. Não é despidendo destacar que o regime jurídico aplicável aos citados contratos confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar a realização dos objetos pactuados, consoante o art. 58, III, da Lei nº 8.666/1993, também conhecida como **cláusula exorbitante, o que aparentemente não ocorreu na espécie**. Frisa-se que esse direito não é uma faculdade conferida à Administração, mas sim um dever, conforme entendimento doutrinário há muito sedimentado<sup>9</sup>.

68. Sobre o tema, este **MPC/DF** cita ensinamento de **Marçal Justen Filho**<sup>10</sup> para quem “O regime de Direito Administrativo atribui à Administração o poder-dever de fiscalizar a execução do contrato (art. 58, III)”.

69. Importante concluir que a obrigação de fiscalizar a execução de avenças e anotar as ocorrências relacionadas em registro próprio, como exemplo, a ocorrência de entrega parcial de um objeto ou objeto sem condições de funcionamento, com o fito avaliar a

<sup>9</sup> e.g. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012, p. 280.

<sup>10</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 934.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

regularidade do que está sendo realizado para evitar ocorrências que possam causar danos ao Erário, já foi abordada por esta c. **Corte de Contas** (e.g. r. Decisão nº 5.707/2006).

70. A propósito, ao verificar a ausência do relatório do executor no prosseguimento do Contrato nº 8/2009, esta c. **Corte de Contas aplicou multa ao servidor responsável pela fiscalização do aludido ajuste**, nos termos da r. Decisão nº 5.559/2011:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) V) aprovar o acórdão apresentado pelo Relator, para, com fulcro no art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 1/94, aplicar multa ao referido servidor, em face da omissão na fiscalização da execução do ajuste;”

71. Ante a sanção aplicada, percebe-se o repúdio desta c. **Corte de Contas** à impropriedade ora em destaque. Desta feita, este **Parquet** tem entendimento de que a **ausência do relatório do executor** do contrato deve ensejar a convocação em audiência dos responsáveis, ante a possibilidade do julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994.

72. Como consequências das irregularidades atinentes à fiscalização da avença, o Controle Interno frisou que o **Ministério Público do Trabalho** determinou à Secretaria de Fazenda o pagamento de salários e benefícios devidos aos empregados da ICB Construtora e Incorporadora e Serviços Ltda., com a aplicação do entendimento fixado no enunciado sumular nº 331 do c. **Tribunal Superior do Trabalho** e a consequente **responsabilidade subsidiária da Administração em razão do inadimplemento das obrigações trabalhistas pela sociedade empresária contratada**. A propósito, o conteúdo do texto sumulado:

### **“CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE**

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

**IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.**

**V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada**

**VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.”**

73. Destarte, além de infração à norma legal, houve na espécie dano aos cofres distritais. Com efeito, no modo de ver deste **MPC/DF**, deve-se convocar em audiência os gestores da SEF/DF, ante a possibilidade de julgamento irregular de suas contas.

74. Em tempo, trato dos subitens que abordam **falhas de natureza formal**, as quais, no momento processual oportuno, caso superadas as irregularidades levantadas anteriormente, deverão, no entender do **MPC/DF**, **implicar em ressalva** ao julgamento das contas dos agentes responsáveis por estas contas, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/1994.

75. Nesse diapasão, o entendimento **Ministerial** converge com a posição uníssona exposta pelo Controle Interno e pelo Corpo Instrutivo, quanto ao **indicativo de ressalva atribuído aos subitens 1.1** (demonstrativo da execução da despesa por função), **3.4** (impropriedades no tribunal administrativo de recurso fiscais da SEF/DF), **4.3** (não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º termo aditivo ao contrato nº 34/2008), **4.9** (ausência de infraestrutura adequada no antigo depósito de bens apreendidos da SEF/DF) e **4.10** (ausência de controles de entrada e saída dos veículos) do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\* (volume XII).

76. Por outro lado, este **MPC/DF** comunga com a proposta de **ressalva** atribuída pelo Controle Interno aos achados contidos nos **subitens 4.5** (impropriedades na prorrogação de contrato de prestação de serviços) do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\* (volume XII).

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

Desta feita, este **Parquet lamenta dissentir** do encaminhamento propugnado pelo Corpo Instrutivo, que sugeriu a **não influência** da referida impropriedade.

77. Nesse particular, destaca-se que a última prorrogação do Contrato nº 14/2006 – SEF **ocorreu em 2010**, exercício diverso do em exame, o que afasta a ressonância da irregularidade concernente ao planejamento da dilação do pacto no julgamento desta TCA.

78. Não obstante, compulsado os dados do sistema SIGGO, é possível notar que não há registro de aditivos para o contrato em destaque; além disso, a validade do contrato compreende o período de 21/8/2009 a 20/6/2010, olvidando do oitavo termo aditivo ao Contrato nº 14/2006-SEF, DODF de 28/7/2010. Portanto, ante a **falha formal consubstanciada na atualização equivocada do aludido sistema**, este **Órgão Ministerial** sugere que o achado repercuta como ressalva ao julgamento das contas.

79. Por fim, conforme sugeriu o Corpo Instrutivo, entende-se que as TCE's tratadas nos **Processos n.ºs 126.000.012/2008, 040.000.691/2006, 040.000.288/2008, 126.000.016/2008 e 480.001.447/2009** podem ser **consideradas regularmente encerradas** por este e. TCDF, levando em conta as conclusões contidas nos demonstrativos às fls. 528/532\*.

80. Em síntese, o **posicionamento** deste **Parquet** especializado é o seguinte.

81. Os **subitens 1.2** (ausência de esclarecimentos sobre valores registrados na conta restos a pagar processados que foram cancelados), **1.3** (empenho de despesa com fundamentação em dispensa da licitação, em desacordo com o autorizado pela UAG/SEF), **2.1** (indício de perda na arrecadação da receita devido a situação precária dos postos de fiscalização tributária), **2.3** (inobservância do prazo previsto para o recolhimento do saldo remanescente de suprimento de fundos), **3.1** (ausência de devolução de valores relativos ao adiantamento de férias), **3.2** (ausência de amparo legal para o pagamento do adicional de insalubridade), **3.3** (recomendação do relatório de auditoria nº01/2011 DIRFI/CONAE/CONT que não foram regularizadas pela SEF), **4.1** (ausência de rubricas em todas as vias do projeto básico), **4.2** (ausência do termo de filiação da SEF/DF à ABRASF), **4.4** (ausência de termo aditivo para alteração do valor contratual), **4.11** (descumprimento de cláusula contratual), **5.1** (valores registrados na conta pagamentos indevidos em apuração sem as devidas atualizações monetárias), **5.2** (demora na apuração de responsabilidade relativa a bens móveis não localizados), **5.3** (ausência de atualização monetária de cauções em espécie) e **5.4** (depósitos em cauções registrados no balancete após

---

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

encerramento dos contratos) do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\*, **não devem influenciar** o julgamento destas contas anuais.

82. Por sua vez, considerando que os **subitens 2.2** (serviços prestados pelas instituições financeiras **sem cobertura contratual**), **4.6** (contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses), **4.7** (ausência de justificativa fundamentada para o reajuste contratual) e **4.8** (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço) do Relatório Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\*, tratam de **irregularidades graves**, este **Parquet** pugna para que o e. **Tribunal** delibere por **convocar em audiência** os gestores responsáveis, conforme individualização a seguir especificada.

83. No que concerne ao **subitem 2.2** (serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual), tendo em conta que a arrecadação de tributos por instituições não credenciadas ocorreu durante o transcorrer de todo o exercício em exame, entende-se que a falha deve repercutir na gestão dos responsáveis identificados no quadro abaixo:

Nome	Cargo	Período de exercício	Fundamento legal para oitiva
Valdir Moysés Simão	Secretário de Estado	1/1 a 3/11/2011	Art. 105, I, da LODF.
Beatriz Gautério de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	13/1 a 3/5/2011	Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007 e Art. 17 da Portaria nº 563/2002.
Elana Matosinho Soares Gomes	Chefe da Unidade de Administração Geral	4/5 a 12/12/2011	Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007 e Art. 17 da Portaria nº 563/2002.

84. Em relação às senhoras Analice Maria Marçal de Lima e Eunice de Oliveira Ferreira Santos, que ocuparam o cargo de Chefe da Unidade de Administração Geral, entre 1/1 a 12/1/2011 e 13/12 a 31/12/2011, respectivamente, este **MPC/DF** entende que este c. **Corte de Contas** pode dispensar, neste momento, a oitiva das aludidas responsáveis, uma vez que a falha identificada por meio do **subitem 2.2** do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\*, **não parece compatível** com o curto período de exercício das gestoras.

---

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

85. No que concerne ao **subitem 4.6** (contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses), uma vez que a contratação emergencial ocorreu em **7/4/2011**, aos olhos do **Parquet** especializado, a irregularidade deve culminar na audiência dos responsáveis listados no quadro abaixo:

Nome	Cargo	Período de exercício	Fundamento legal para oitiva
Valdir Moysés Simão	Secretário de Estado	1/1 a 31/11/2011	Art. 105, I, da LODF.
Beatriz Gautério de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	13/1 a 3/5/2011	Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007 e Art. 17 da Portaria nº 563/2002.

86. Quanto ao **subitem 4.7** (ausência de justificativa fundamentada para o reajuste contratual), destaca-se que a ausência de pesquisa de mercado para assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2010 – SEF, que ocorreu em 1º/4/2011, pode ter ressonância no julgamento das contas dos seguintes gestores:

Nome	Cargo	Período de exercício	Fundamento legal para oitiva
Valdir Moysés Simão	Secretário de Estado	1/1 a 31/11/2011	Art. 105, I, da LODF.
Beatriz Gautério de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	13/1 a 3/5/2011	Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007 e Art. 17 da Portaria nº 563/2002.

87. No que tange ao **subitem 4.8** (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço), compulsado a descrição do achado, é possível notar que as irregularidades perpassaram todo o exercício em análise, desse modo, pugna-se pela audiência dos responsáveis listados no quadro abaixo:

Nome	Cargo	Período de exercício	Fundamento legal para oitiva
Valdir Moysés Simão	Secretário de Estado	1/1 a 3/11/2011	Art. 105, I, da LODF.
Beatriz Gautério de Lima	Chefe da Unidade de Administração Geral	13/1 a 3/5/2011	Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007 e Art. 17 da Portaria nº 563/2002.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



<i>Eliana Matosinho Soares Gomes</i>	<i>Chefe da Unidade de Administração Geral</i>	<i>4/5 a 12/12/2011</i>	<i>Decreto nº 27.782, de 15 de março de 2007 e Art. 17 da Portaria nº 563/2002.</i>
--------------------------------------	--	-------------------------	---

88. Nesse diapasão, aos olhos deste **MPC/DF**, deve-se aplicar a mesma inteligência utilizada no **subitem 2.2** para afastar a necessidade de audiência, neste momento, das senhoras Analice Maria Marçal de Lima e Eunice de Oliveira Ferreira Santos, levando em conta que o curto exercício das gestoras parece incompatível com a falha em análise.

89. Ainda, no sentir deste **Órgão Ministerial**, os **subitens 1.1** (demonstrativo da execução da despesa por função), **3.4** (impropriedades no tribunal administrativo de recurso fiscais da SEF/DF), **4.3** (não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º termo aditivo ao contrato nº 34/2008), **4.5** (impropriedades na prorrogação de contrato de prestação de serviços), **4.9** (ausência de infraestrutura adequada no antigo depósito de bens apreendidos da SEF/DF) e **4.10** (ausência de controles de entrada e saída dos veículos) do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\* (volume XII), o **subitem 6.9** do Relatório/TCA nº 96/2012, fl. 22\* (volume I), o **subitem 6.3.3** do Relatório/TCA nº 85/2012, fl. 10\*\* (volume I), e os **subitens 2.1, 2.2 e 2.4** do Relatório Contábil Anual Exercício 2011, fls. 2.326/2.342\* (volume X), apontam para a existência de **falhas de natureza formal**, as quais, no momento processual oportuno, se afastadas as irregularidades mencionadas anteriormente, deverão ensejar a **aposição de ressalvas** à regularidade das contas dos gestores responsáveis.

90. Sem embargo, no que tange à imputação de responsabilidade pelas falhas verificadas no exercício objeto destas contas anuais, o entendimento deste **Parquet** guarda concordância com a Área Técnica no sentido de que as contas dos gestores nominados no **parágrafo 8.2** da Informação nº 23/2015 – SECONT/1ª DICONTE, fls. 315/334 dos presentes autos, devem ser **julgadas regulares**, nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/1994. Diante disso, conforme o disposto no art. 18 c/c o art. 24, I, da citada LC, os citados responsáveis devem ser considerado quites com o Erário, com relação às presentes contas.

91. Outrossim, em harmonia com o Corpo Instrutivo, entende-se que as contas dos agentes de material indicados no **parágrafo 2.2** da Informação nº 23/2015 – SECONT/1ª DICONTE, fls. 315/334 dos autos em epígrafe, podem ser julgadas **regulares**, tendo em vista a ausência de falhas relevantes atinentes à gestão do almoxarifado

---

\*\* Processo nº 040.001.490/2012, apenso.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5

Fls.: \_\_\_\_\_

Proc.: 10.894/12

\_\_\_\_\_  
Rubrica

da unidade.

92. Por fim, entende-se que as TCE's tratadas nos **Processos nºs 126.000.012/2008, 040.000.691/2006, 040.000.288/2008, 126.000.016/2008 e 480.001.447/2009** podem ser **consideradas regularmente encerradas** por este e. **TCDF**, levando em conta as conclusões contidas nos demonstrativos às fls. 528/532\*.

93. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas** tem entendimento **divergente** das conclusões apresentadas às fls. 333/334 do presente feito pela zelosa Unidade Técnica, pugnando pela **convocação em audiência dos gestores**, em face das irregularidades tratadas nos **subitens 2.2, 4.6, 4.7 e 4.8** do Relatório de Auditoria nº 9/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC, fls. 2.748/2.773\* (Volume XII).”

É o Relatório.

---

\* Processo nº 040.001.731/2012, apenso.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



### VOTO

8. Cuidam os autos da análise inicial da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis pelas contas anuais da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011.

9. O Corpo Técnico sugere a regularidade plena das contas de alguns responsáveis e a regularidade, com ressalva, das contas dos demais.

10. O Ministério Público especializado apesar de aquiescer grande parte das conclusões apresentadas pelo Corpo Técnico, entende que o momento é de se chamar em audiência os responsáveis devido a gravidade das seguintes falhas constantes do Relatório Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:

- subitem 2.2 (serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual);
- subitem 4.6 (contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses);
- subitem 4.7 (ausência de justificativa fundamentada para o reajuste contratual);
- subitem 4.8 (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço)

11. As impropriedades suso citadas, com exceção da apontada no subitem 4.7, foram objeto de recomendações no âmbito do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC (fls. 2.748/2.773 do processo apenso nº 040.001.731/12). Assim, em concordância com a Unidade Instrutiva, estas devem constar como ressalvas as contas dos responsáveis.

12. Quanto ao subitem 4.7, alinho-me ao entendimento esposado na Instrução, segundo o qual a mencionada irregularidade não influencia nas contas ou no encaminhamento da matéria, sendo razoáveis as alegações e os demonstrativos apresentados pela Jurisdicionada.

Com estes esclarecimentos, de acordo com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



I. tome conhecimento da Tomada de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011;

II. considere encerradas as Tomadas de Contas Especiais objeto dos Processos nºs 126.000.012/08, 040.000.691/06, 040.000.288/08, 126.000.016/09 e 480.001.447/09, ante as razões expostas às fls. 528/532 do Processo nº 040.001.731/12;

III. julgue:

a) nos termos do artigo 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, e do artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, regulares as contas dos Srs. Analice Maria Marçal de Lima (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 1.1 a 12.1.2011), Eunice de Oliveira Ferreira Santos (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 13.12 a 31.12.2011), Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro, no período de 1.1 a 31.12.2011), Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 7.2 a 26.2.2011 e 8.12 a 17.12.2011 e Diretor Geral de Gestão Financeira, no período de 1.1 a 30.11.2011), Jairo Portela de Medeiros (Diretor Administrativo – Financeiro e Material no período de 1.1 a 9.1.2011), Ronaldo Costa (Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças – Substituto, no período de 5.12 a 14.12.2011), Luiz Alfredo Araújo de Souza (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituto, no período de 7.2 a 26.2.2011), Laurinéia Araújo Silveira (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta no período de 9.3 a 18.3.2011 e 18.7 a 6.8.2011 e Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Financeira - Substituta no período de 3.12 a 31.12.2011), Getúlio João da Silva (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral no período de 1.1 a 30.11.2011 e Gerente da Gerência de Tesouraria no período de 1.12 a 31.12.2011), Rufino José Batista (Chefe do Núcleo de Material no período de 1.1 a 21.2.2011 e Chefe do Núcleo de Almoxarifado, no período de 1.12 a 31.12.2011), Lúcio Américo Cordeiro (Chefe do Núcleo de Material no período de 22.2 a 19.9.2011) e Fábio Paixão de Azevedo (Chefe do Núcleo de Material, no período de 20.9 a 30.11.2011);



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



b) nos termos do art. 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, e do artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, regulares com ressalvas as contas, as contas dos seguintes responsáveis:

1) Valcir Moysés Simão (Secretário de Estado, no período de 1.1 a 3.11.2011) e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado, no período de 22.11 a 31.12.2011) em face das seguinte falhas apontadas:

1.1) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9 - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

1.2) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;

- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;

- subitem 3.4 - impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF;

- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;

- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



- subitem 4.8 - pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço;

- subitem 4.9 - ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF;

- subitem 4.10 - ausência de controle de entrada e saída dos veículos;

2) Beatriz Gautério de Lima (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 13.1 a 3.5.2011) e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 4.5 a 12.12.2011) em face das seguinte falhas apontadas:

2.1) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9 - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

2.2) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;

- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;

- subitem 3.4 - impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;

- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;

- subitem 4.9 - ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF;

- subitem 4.10 - ausência de controle de entrada e saída dos veículos;

3) Analice Marques da Silva (Diretora Administrativo – Financeiro e Material, no período de 10.1 a 19.5.2011), José Alves de Souza (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 20.5 a 28.7.2011), Astronoel Costa Ribeiro (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 29.7 a 6.10.2011) e Paulo Henrique Bastos Santos (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 19.10 a 30.11.2011 e Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças, no período de 1.12 a 31.12.2011) em face das seguinte falhas apontadas:

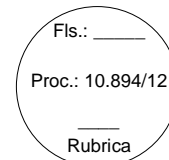
3.1) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9 - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

3.2) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;

- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;

- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;

- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;

- subitem 4.8 - pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço;

4) Francisco das Chagas da Silva (Diretor Geral de Gestão Financeira – Substituto, no período de 7.02 a 26.2.2011 e 9.03 a 18.3.2011 e Gerente de Pagamento e Controle Financeiro, no período de 01.01 a 30.11.2011) em face das seguinte falha apontada no subitem 4.8 do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço);

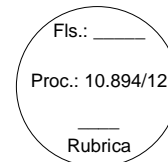
5) Márcia Pacheco Laboissieire (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos, no período de 1.1 a 31.12.2011) em face das seguinte falha apontada no subitem 4.9 do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC (ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF);

IV. determine, nos termos do art. 19 da Lei Complementar nº 01/94, aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Fazenda que adotem as providências cabíveis de correção e prevenção das falhas apontadas;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



V. considere, em conformidade com os termos da Decisão Administrativa nº 50/98 e do artigo 24 da Lei Complementar nº 01/94, os responsáveis quites com erário distrital no tocante ao objeto destas contas anuais;

VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do egrégio Plenário;

VII. autorize o arquivamento dos autos e a devolução dos apensos à origem.

Sala das Sessões, 8 de dezembro de 2015.

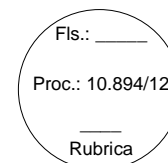
**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas em 27.11.2015 (RI/TCDF, art. 54, II).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_\_/2015**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

**Processo nº:** 10.894/12

**Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12

**Nome/Função/Período:** Analice Maria Marçal de Lima (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 1.1 a 12.1.2011), Eunice de Oliveira Ferreira Santos (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 13.12 a 31.12.2011), Paulo Santos de Carvalho (Subsecretário do Tesouro, no período de 1.1 a 31.12.2011), Adão Nunes da Silva (Subsecretário do Tesouro – Substituto, no período de 7.2 a 26.2.2011 e 8.12 a 17.12.2011 e Diretor Geral de Gestão Financeira, no período de 1.1 a 30.11.2011), Jairo Portela de Medeiros (Diretor Administrativo – Financeiro e Material no período de 1.1 a 9.1.2011), Ronaldo Costa (Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças – Substituto, no período de 5.12 a 14.12.2011), Luiz Alfredo Araújo de Souza (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituto, no período de 7.2 a 26.2.2011), Laurinéia Araújo Silveira (Gerente de Pagamento e Controle Financeiro – Substituta no período de 9.3 a 18.3.2011 e 18.7 a 6.8.2011 e Coordenadora da Coordenadoria de Gestão Financeira - Substituta no período de 3.12 a 31.12.2011), Getúlio João da Silva (Chefe do Núcleo de Tesouraria Geral no período de 1.1 a 30.11.2011 e Gerente da Gerência de Tesouraria no período de 1.12 a 31.12.2011), Rufino José Batista (Chefe do Núcleo de Material no período de 1.1 a 21.2.2011 e Chefe do Núcleo de Almoxarifado, no período de 1.12 a 31.12.2011), Lúcio Américo Cordeiro (Chefe do Núcleo de Material no período de 22.2 a 19.9.2011) e Fábio Paixão de Azevedo (Chefe do Núcleo de Material, no período de 20.9 a 30.11.2011)

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso I, e 24, inciso I, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_ de 2015

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO RELATOR**

**Fui presente:**

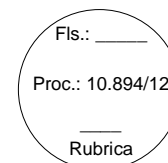
**Representante do MP**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2015**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

**Processo nº:** 10.894/12

**Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12

**Nome/Função/Período:** ~ Valcir Moysés Simão (Secretário de Estado, no período de 1.1 a 3.11.2011) e Marcelo Piancastelli de Siqueira (Secretário de Estado, no período de 22.11 a 31.12.2011)

**Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas:**

**a) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9** - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

**b) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:**

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;
- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;
- subitem 3.4 - impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF;
- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;
- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;
- subitem 4.8 - pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço;
- subitem 4.9 - ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF;
- subitem 4.10 - ausência de controle de entrada e saída dos veículos;

**Determinações (LC/DF nº 01/94, art. 19):** aos atuais administradores e responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do DF que adotem as



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2015

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO-RELATOR**

**Fui presente:**

**Representante do MP**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2015**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

**Processo nº:** 10.894/12

**Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12

**Nome/Função/Período:** Beatriz Gautério de Lima (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 13.1 a 3.5.2011) e Eliana Matosinho Soares Gomes (Chefe da Unidade de Administração Geral, no período de 4.5 a 12.12.2011)

**Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas:**

a) **no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9** - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

b) **no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:**

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;
- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;
- subitem 3.4 - impropriedades no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais da SEF/DF;
- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;
- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;
- subitem 4.9 - ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF;
- subitem 4.10 - ausência de controle de entrada e saída dos veículos;

**Determinações (LC/DF nº 01/94, art. 19):** aos atuais administradores e responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do DF que adotem as medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2015

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO-RELATOR**

**Fui presente:**

**Representante do MP**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2015**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação aos responsáveis. Determinações de providências corretivas.

**Processo nº:** 10.894/12

**Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12

**Nome/Função/Período:** Analice Marques da Silva (Diretora Administrativo – Financeiro e Material, no período de 10.1 a 19.5.2011), José Alves de Souza (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 20.5 a 28.7.2011), Astronoel Costa Ribeiro (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 29.7 a 6.10.2011) e Paulo Henrique Bastos Santos (Diretor Administrativo – Financeiro e Material, no período de 19.10 a 30.11.2011 e Diretor da Diretoria de Planejamento Orçamento e Finanças, no período de 1.12 a 31.12.2011)

**Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas:**

**a) no Relatório/TCA nº 96/12, subitem 6.9** - divergências entre os valores das Receitas Tributárias e não Tributárias, informados pela Subsecretaria da Receita/SEF (Memorando nº 31/2012-SUREC/SEF, de 20 de janeiro de 2012, fl. 534\*) e pela Coordenação de Gestão Financeira/SUTES/SEF (Despacho de 15 de fevereiro de 2012, fl. 544\*), respectivamente, e os valores constantes do Balancete da Secretaria de Estado de Fazenda – UG 130101, conforme Quadro Comparativo das Receitas Tributárias e não Tributárias informadas pela SUREC/SUTES/SEF;

**b) no Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC:**

- subitem 1.1 - demonstrativo da execução da Despesa por Função;
- subitem 2.2 - serviços prestados pelas instituições financeiras sem cobertura contratual;
- subitem 4.3 - não consta nos autos apólice de seguro vigente em 2011 relativa ao 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 34/2008;
- subitem 4.6 - contratação emergencial de manutenção predial após término do contrato de 72 meses;
- subitem 4.8 - pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço;

**Determinações (LC/DF nº 01/94, art. 19):** aos atuais administradores e responsáveis da Secretaria de Estado de Fazenda do DF que adotem as





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas indicadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2015

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO-RELATOR**

**Fui presente:**

**Representante do MP**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



**ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_\_/2015**

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação ao responsável. Determinações de providências corretivas.

**Processo nº:** 10.894/12

**Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12

**Nome/Função/Período:** Francisco das Chagas da Silva (Diretor Geral de Gestão Financeira – Substituto, no período de 7.02 a 26.2.2011 e 9.03 a 18.3.2011 e Gerente de Pagamento e Controle Financeiro, no período de 01.01 a 30.11.2011)

**Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas no Relatório/TCA nº 96/12,** no subitem 4.8 do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC (pagamentos indevidos e responsabilização da Secretaria de Fazenda por passivo trabalhista de empresa prestadora de serviço)

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2015

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO-RELATOR**

**Fui presente:**

**Representante do MP**



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.8/S.5



## ACÓRDÃO Nº \_\_\_\_/2015

**Ementa:** Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Fazenda, referente ao exercício de 2011. Contas julgadas regulares com ressalva. Quitação à responsável. Determinações de providências corretivas.

**Processo nº:** 10.894/12

**Apensos nºs:** 040.001.731/12 e 040.001.490/12

**Nome/Função/Período:** Márcia Pacheco Laboissiere (Chefe do Núcleo de Adm. do Depósito de Bens Apreendidos, no período de 1.1 a 31.12.2011) **Entidade:** Secretaria de Estado de Fazenda

**Relator:** Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

**Unidade Técnica:** Secretaria de Contas

**Representante do MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Síntese de impropriedades/falhas apuradas no subitem 4.9 do Relatório de Auditoria nº 09/2012/DIRFI/CONAE/CONT/STC** (ausência de infraestrutura adequada no antigo galpão do depósito de bens apreendidos da SEF/DF)

Vistos, relatados e discutidos estes autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem assim tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

**ATA** da Sessão Ordinária nº \_\_\_\_\_ de 2015

**Presentes os Conselheiros:** \_\_\_\_\_

**Decisão tomada:** por unanimidade/maioria, vencido(s) \_\_\_\_\_

**Representante do MP presente:** Procurador(a) \_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA**  
**PRESIDENTE**

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**CONSELHEIRO-RELATOR**

**Fui presente:**

**Representante do MP**